

# LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS

## THAIS DA CRUZ HEER

Graduação em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2004) Graduação em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2012); Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento, pela Faculdade Batista de Minas Gerais - IPEMIG (2020); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na EMEI Dom Pedro I, da Prefeitura Municipal de São Paulo.



## RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a formação do professor em libras e entender como se dá o processo de inclusão de crianças surdas na educação infantil. O cotidiano escolar apresenta uma diversidade de pessoas, tanto crianças como adultos, e desde a educação infantil devemos trabalhar as diferenças caracterizadas pelas singularidades que caracterizam cada criança. Este artigo baseou-se em análises teóricas com base em documentos e autores, dentre eles, Oliveira (2011), Damázio (2007), Goldfeld (1997), Borges (2009), além de artigos, livros, publicações, permitindo um melhor conhecimento sobre o contexto do tema proposto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Libras; Educação Infantil; Inclusão.

## INTRODUÇÃO

A escola regular deve ser tão efetiva quanto a escola especial para atendimento às crianças surdas, no entanto, a realidade que permeia as escolas públicas é que nem todos professores possui formação em libras, e que nesse caso seria interessante a presença e o acompanhamento das aulas com um intérprete.

O contato entre surdo e ouvintes trará benefícios, a nosso ver, não somente para o sujeito surdo, mas também para os alunos e professores ouvintes, possibilitando assim que estes tenham acesso à cultura surda, enriquecendo a sua formação e também se tornando um sujeito que respeite as diferenças humanas.

Segundo Vilhalva (2004), na educação infantil é importante que a criança surda tenha a oportunidade de interagir na Língua de Sinais com o instrutor, pois terá o seu desenvolvimento linguístico de maneira natural. Quanto aos pais, na maioria ouvintes, é importante que os mesmos também sejam usuários da Língua de Sinais para que a criança seja independente e com essa conquista, ao chegar na fase da adolescência as noções das atividades de conviver entre Surdos e ouvintes já tenha maior esclarecimento e entendimento.

Segundo a Unesco (1994) uma das preocupações centrais da política educacional é a formação de professores críticos, éticos e reflexivos que tenham competência para desempenhar seu

papel social e pedagógico. Em relação à educação de alunos com necessidades educacionais especiais, o compromisso social e legal é viabilizar a educação inclusiva a que mobilize o apoio das organizações relacionadas com o ensino, de forma a promover a formação de professores, tendo em vista as respostas às demandas exigidas.

Apesar de a LIBRAS ser reconhecida oficialmente no Brasil, pela Lei Federal nº. 10.436/2002, ainda é desconhecida por grande parte da população e continua sendo considerada, de modo equivocado, apenas como um conjunto de gestos naturais ou ‘mímica’, utilizada pelos surdos na ausência da oralidade.

Pretendemos com esse artigo, explicar como as crianças surdas se comunicam como aprendem, suas especificidades, demonstrar a importância do processo de inclusão dessas crianças e a necessidade da formação do professor em libras.

## **SURDEZ OU DEFICIÊNCIA AUDITIVA?**

Em 1996, a nova Lei Nacional de Diretrizes e Fundamentos da Educação - LDBN (Lei 9.394) reafirmou o ideal da educação inclusiva, elogiou o papel das escolas comuns e empoderou a educação especial complementar.

A educação especial, portanto, deve ser ofertada aos alunos com NEE em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, desde a educação infantil até o ensino superior. A proposta de modificação do meio, como forma de acomodar a heterogeneidade dos educandos, é descrita no art.59 em que é aconselhável aos sistemas de ensino assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Os surdos, são pessoas que não se consideram deficientes, utilizam uma língua de sinais, valorizam sua história, arte e literatura e propõem uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas.

Os deficientes auditivos seriam as pessoas que não se identificam com a cultura e a comunidade surda.

Segundo os autores Santana e Bergamo (2005) se posicionam contrariamente ao que muitos podem supor o surdo que se identifica com a língua de sinais e a comunidade surda não gosta de ser chamado de deficiente auditivo. Ele tem orgulho de ser surdo e não se considera um deficiente. Já a situação da pessoa que não se identifica com a comunidade surda tende a ser mais delicada: alguns se incomodam muito quando seu déficit auditivo é percebido, outros se reconhecem como deficientes auditivos (dependendo de sua história pregressa, da etiologia da surdez, de suas condições atuais de vida, etc.). Já a expressão “surda-muda” está caindo em desuso.

## O QUE É LIBRAS?

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecida pela Lei. É derivada tanto de uma língua de sinais autóctones, que é natural da região ou do território em que habita, quanto da língua gestual francesa; por isso, é semelhante a outras línguas de sinais da Europa e da América. A LIBRAS não é a simples gestualização da língua portuguesa, e sim uma língua à parte, como o comprova o fato de que em Portugal usa-se uma língua de sinais diferente, a língua gestual portuguesa (LGP).

Assim como as diversas línguas naturais e humanas existentes, ela é composta por níveis linguísticos como: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Da mesma forma que nas línguas orais-auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A diferença é sua modalidade de articulação, a saber visual-espacial, ou cinésico-visual, para outros. Assim sendo, para se comunicar em Libras, não basta apenas conhecer sinais. É necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação. Os sinais surgem da combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação — locais no espaço ou no corpo em que os sinais são feitos também de expressões faciais e corporais que transmitem os sentimentos que para os ouvintes são transmitidos pela entonação da voz, os quais juntos compõem as unidades básicas dessa língua.

Sobre isto, SALLES (2004), menciona:

A LIBRAS é adotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É adotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais. A LIBRAS é a língua utilizada pelos surdos que vivem em cidades do Brasil, portanto não é uma língua universal.(SALLES, 2004, p.100).

Assim, a LIBRAS se apresenta como um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Como em qualquer língua, também na LIBRAS existem diferenças regionais.

## OBSERVAÇÕES QUE O PROFESSOR DEVE TER AO TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS

Receber um aluno novo em sala e com necessidades especiais, geralmente gera vários sentimentos nos professores. Talvez por desconhecer o novo, talvez pela falta de estudo, pela insegurança em saber lidar com a criança. Diante desses fatos, vamos deixar algumas dicas que ajudarão os professores no processo de inclusão.

Conhecer o aluno e sua família é importantíssimo. É bom saber seu histórico. Se já havia frequentado outras escolas, como se comunica em casa, se faz acompanhamento com outros profissionais, e outras perguntas que achar pertinente.

Ter muito bem definido seu papel enquanto professor. O professor é professor, não é fonoaudiólogo, psicólogo, médico, portanto deve respeitar seu campo de atuação.

Não julgar nem interferir nas escolhas das famílias. Se a família optar por implantar a criança, ótimo! Se a família optar por Libras, ótimo! Se a família optar por oralização/leitura labial, ótimo! Se a família optar pelo ensino combinado de português e Libras, ótimo! Somos apenas professores, devemos saber nossa área de atuação

Os professores devem compreender a realidade que o aluno está inserido. A dinâmica familiar, diagnóstico/ laudo médico, acompanhamentos que a criança realiza, etc.

É preciso estudar muito. O professor deve conhecer os mais variados tipos de comunicação, métodos ( se é que existem), tipos de ensino. Não é preciso concordar com todos, mas é interessante conhecer o maior número possível de possibilidades e oportunidades.

As parcerias são necessárias e benéficas se aliadas ao trabalho pedagógico.

Observar constantemente o local que o aluno surdo está posicionado durante as atividades. É interessante que crianças oralizadas/implantadas que fazem uso de leitura labial se sentem próximas ao professor. Alunos mais velhos geralmente não gostam de sentar perto do professor porque se sentem envergonhados e acham que estão sendo tratados diferentes.

A postura do professor frente aos alunos surdos deve ser cuidadosa. Para os alunos que fazem leitura labial é importante que o professor esteja sempre de frente para o aluno enquanto fala. Outro cuidado é em relação à iluminação do ambiente. Esses alunos que fazem leitura labial precisam de locais com boa iluminação para conseguir enxergar a face de quem está falando.

Trabalhar com legendas é algo essencial para as crianças surdas. Ao trabalhar com vídeos, o professor deve optar pelos vídeos com a maior possibilidade de acessibilidade.

Cada aluno tem seu tempo/velocidade de desempenho. Devemos evitar superproteção do aluno surdo e comparações com os demais alunos. Ele demanda atenção mas não é necessário “ficar em cima” dele o tempo todo. Esse tipo de exposição não é agradável.

## **INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Educação Infantil é uma etapa importante para a inclusão escolar. É um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), a qual afirma que a oferta da educação especial, enquanto dever constitucional do Estado deve ter início nesta modalidade de ensino. Na busca dos direitos e efeitos positivos da inclusão de alunos com necessidades especiais procuramos fazer um resumo dos principais pontos que devem ser observados e atendidos para inclusão efetiva dessas crianças na escola regular. Constata-se que frente às grandes mudanças no mundo o cuidar e educar da Educação Infantil e os problemas do dia-a-dia mostram a necessidade de uma fundamentação teórica sólida e permanente.

Os alunos com ou sem deficiência são únicos, singulares, daí suas necessidades e especificidades não são generalizáveis, cada um é um. Assim, espera-se que a escola ao abrir as portas para tais alunos no início da sua vida escolar, informe-se e oriente-se sobre as especificidades, necessidades e instrumentos adequados para que todo aluno encontre na escola um ambiente adequado, sem discriminação, buscando a permanência, adaptação e qualidade deste ambiente escolar.

A inclusão desses alunos em classes regulares tem se mostrado um desafio para educadores, comunidade escolar, família e aos serviços de saúde. Dentro dos fatores necessários para o desenvolvimento integral desses alunos encontram-se várias barreiras, tais como: aspectos administrativos, organizacionais, espaço físico, rotinas, práticas pedagógicas, processos de formação dos educadores e acompanhamentos de profissionais da área da saúde. Neste sentido, Vygotsky (1987) acredita na capacidade de aprendizagem de todos os sujeitos, discordando de forma impetuosa das concepções teóricas que defendiam a estagnação e a cristalização da capacidade intelectual dos alunos com deficiência. Para ele, todo o ser humano apresenta ao nascerem, possibilidades do progresso intelectual, pois todos nascem com uma única capacidade: a capacidade para aprender.

Em uma sociedade inclusiva, a relação dos profissionais com os familiares deve ser de cooperação, juntos na direção do atendimento às necessidades especiais da criança. Os objetivos a serem alcançados e as decisões a serem tomadas devem ser discutidas entre todos os envolvidos. Cabe aos profissionais esclarecer todos os passos dos atendimentos que vão ser realizados e o que vai acontecer. A decisão dos familiares deve estar baseada em informações dadas por esses profissionais. (PAULA, 2007, p.7.)

A LDB(1996) define a educação infantil como primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Considerando a proposta de educação inclusiva opção brasileira referendada em suas políticas educacionais, entendemos que o movimento de reorganização da escola tem que começar na educação infantil por ser esta, conforme prescrito na lei, a primeira etapa da educação. Segundo Mendes (2010), os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são decisivos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que em qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

A Educação Infantil é marcada pelo desenvolvimento das aquisições linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, modalidade de ensino em que as crianças interagem com muito mais liberdade, sem a preocupação permanente de ter um currículo rígido a ser cumprido. Mas, sim com o brincar e aprender partindo deste pressuposto, considerando a arte de educar e cuidar, características inerentes da raça humana e que se busca desde a Educação Infantil a interação dos educandos portadores de necessidades especiais com os demais colegas, mediante as ações pedagógicas, brincadeiras, jogos no sentido de integrar e apoiar passo a passo os alunos no desenvolvimento das atividades propostas.

Siaulys (2006) nos diz que as crianças precisam brincar independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, pois a brincadeira é essencial a sua vida. Entende-se que jogos e brincadeiras na educação especial podem contribuir para a autoestima.

O processo de inclusão cresce a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos solidários. Os debates constantes, a divulgação de experiências bem-sucedidas e a conscientização crescente sobre o que dizem as leis têm se refletido positivamente nas estatísticas educacionais. Entretanto, a educação precisa rever seus conceitos e seus métodos de atuação, pois a teoria sobre este tema no papel, artigos e livros é útil, eficaz, porém as dificuldades encontradas nas salas de aulas desafiam os educadores a ir muito além de todas as suas limitações à busca de melhorias no processo ensino-aprendizagem. Portanto, cabe aos educadores a consciência de que a educação passa por sérios problemas sejam estes sociais, psicopedagógicos, materiais, físicos, estruturais, arquitetônicos e baixos salários, mas a busca por um mundo melhor não pode ser apenas um sonho e, sim, uma luta.

Uma instituição educacional que acredita no verdadeiro processo de inclusão deve promover situações diárias em que os alunos da Educação Infantil, cultivem o respeito, cidadania, o cuidar de si e do outro, aceitação, companheirismo e tantos outros valores necessários à formação de um cidadão justo.

Ao falarmos em inclusão, é preciso compreender que incluir não é encaminhar o sujeito para a escola e pronto. Há a necessidade de se fazer o acompanhamento junto aos pais, professores e ao próprio indivíduo, por uma equipe multidisciplinar. Esses profissionais precisarão de especialização, dedicação, planejamento e responsabilidade, pois é difícil refazer caminhos que já estão habituados a serem trilhados automaticamente, sem esforços e sem mudanças. Na educação infantil, a inclusão veio revolucionar o sistema organizacional e as propostas curriculares vigentes. Inclusão implica em mudanças de paradigma, de conceitos e posições, que fogem a regras educacionais tradicionais. A meta da inclusão escolar no ensino infantil é transformar instituições, de modo que se tornem espaços de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos, mesmo aqueles que:

(...) por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente chamados de portadores de necessidades especiais classificam-se em portadores de deficiência (mental, visual, auditiva, física e múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadoras de altas habilidades (superdotados) (BRASIL, MEC/SEESP, 1994, p.13).

São objetivos principais da educação inclusiva, proporcionar à pessoa com necessidade especial a promoção de suas capacidades, envolvendo o desenvolvimento pleno de sua personalidade, a participação ativa na vida social e no mundo do trabalho, assim como o desenvolvimento biopsicossocial, proporcionando maior autonomia às crianças de 0 a 5 anos, portadora de necessidades especiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LIBRAS é essencial para que os surdos alcancem o mais alto nível de desenvolvimento e se tornem humanizados no nível da cultura contemporânea. Destacamos, por isso, a necessidade de uma formação profissional aprofundada e dedicada neste processo de formação para que não ocorra o abandono presencial ou intelectual.

Como conclusão, ressaltamos a necessidade de os profissionais da educação compreenderem a LIBRAS e as especificidades envolvidas na formação de alunos surdos. Reiteramos também que, em decorrência da utilização de conteúdos escolares de Língua de Sinais, o Centro de Educação Infantil tem o compromisso de proporcionar aos alunos surdos condições de engajar-se em um processo humanizado e de proporcionar aos alunos novas oportunidades de aprendizagem. A Língua Brasileira de Sinais é considerada o maior patrimônio da comunidade surda brasileira. Sabemos que ensinar LIBRAS na educação infantil é um verdadeiro passo para o fortalecimento das escolas inclusivas.

A introdução da Língua de Sinais no contexto escolar pode significar para crianças ouvintes oportunidades ímpar de aquisição de novos saberes, de valores imprescindíveis para a formação da sua identidade enquanto cidadãos. E para as crianças surdas essas vivências podem representar a garantia de que o processo de ensino e aprendizagem transcorrerá de modo a lhes proporcionar aprendizagens significativas resultantes de ricas experiências com participação individual ou coletiva, constituindo-se enquanto elementos essenciais para o seu desenvolvimento pleno e, consequentemente, para a sua inclusão nos diversos espaços sociais.

Conclui-se que é de extrema importância incluir nas disciplinas regulares a língua brasileira de sinais LIBRAS desde a educação infantil, pois todos poderiam ter conhecimento da mesma, facilitando a comunicação dos ouvintes com os deficientes auditivos. Sendo assim, teríamos a inclusão social de pessoas com deficiência auditiva não só na escola entre educadores e alunos, mais também a sociedade conseguiria incluir com mais frequência os deficientes auditivos no ambiente de trabalho. Sem haver qualquer impasse quanto ao fato de se comunicar.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Creusa de Araújo. Cultura, **Direitos Humanos e Educação Escolar**. Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil IV. In: BEZERRA, Leblam Tamar da Silva. BREN-  
NAND, Edna Gusmão de Góes (Orgs.). Trilhas do Aprendiz. João Pessoa, v.5, UFPB, 2009, p. 422-424.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 05/2009. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações curriculares**. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP. 1999

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macêdo. **Atendimento Educacional Especializado**. SEESP /SEED / MEC Brasília/DF – 2007 45 p. Disponível em: Acesso em: 05 jul.2022.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus. 1997

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos – 7.<sup>a</sup> ED.** – São Paulo: Cortez, 2011.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma Sociedade Inclusiva**. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial 2007.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**, vol. 2 - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004.

SIAULYS, Mara O. de Campos. **Brincar para todos**. Brasília: MEC - SEE, 2006. 152 p.: il.color. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brincartodos.pdf>> Acesso em 8jul.2022

VYGOTSKY, LEV. S. - **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.